A RESPONSABILIDADE PRÉ-CONTRATUAL NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA: RESPONSABILIDADE CIVIL AQUILIANA, A INCIDÊNCIA DA BOA-FÉ OBJETIVA E AS LACUNAS QUE DOCTRINA APRESENTA

PRE-CONTRACTUAL LIABILITY IN BRAZILIAN LEGISLATION: AQUILIAN CIVIL LIABILITY, THE INCIDENCE OF OBJECTIVE GOOD FAITH AND THE GAPS THAT THE DOCTRINE PRESENTS

André de Franca Aquino

Acadêmico do Curso de Graduação em Direito do Centro Universitário Icesp de Brasília/DF.

Artigo desenvolvido sob a orientação do Prof. Adriano Portella de Amorim (<http://lattes.cnpq.br/9638799280787687>).

Resumo: A responsabilidade antes da formação do contrato é uma “forma jurídica” para dar segurança às partes, ou até mesmo para viabilizar o princípio do *Neminem Laedere*. Um meio de inibir o dano nesta fase contratual, fase essa que pode não ter todos os requisitos contratuais, mas que só existe mediante isto (o contrato). Assim, não se pode dizer que ela não existe, embora seja compreensível esse entendimento. Pela falta do negócio jurídico, a responsabilidade gerada nesta fase independe dos termos do contrato. Posto isso, esse “proceder jurídico” amparado na boa-fé objetiva é tão importante, não obrigando os contratantes, mas os protege. Sendo fundamental que a atitude cause dano fundado no contrato, quer o sujeito esteja com boas intenções, quer seja apenas uma mero erro ou conduta questionável assim como com reais intenções de prejudicar.

Palavras-chave: Direito Civil; Responsabilidade civil pré-contratual; Boa-fé objetiva; Direitos anexos.

Abstract: Liability before contract formation is a “legal form” to provide security to the parties, or even to enable the principle of *Neminem Laedere*. A means of inhibiting damage at this contractual stage, a phase that may not have all the contractual requirements, but that only exists through this (the contract). Therefore, it cannot be said that it does not exist, although this understanding is understandable, due to the lack of legal transaction, the responsibility generated at this stage is independent of the terms of the contract. That said, this “legal procedure” supported by objective good faith is so important, not obliging the contracting parties, but protecting them. It is essential that the attitude causes damage based on the contract, whether the subject has good intentions, or is just a mere error or questionable conduct as well as with real intentions to harm.

Keywords: Civil right; Pre-contractual civil liability; Objective good faith; Attached rights.

Sumário: Introdução. 1 Aspectos gerais e históricos da responsabilidade civil pré-contratual. 1.1 Noções históricas da responsabilidade civil aquiliana. 1.2 Delimitação teórica do tema. 1.3 Princípios aplicáveis à responsabilidade civil aquiliana. 2 Da responsabilidade civil pré-contratual stricto sensu. 3 princípio da boa-fé e sua evolução histórica. 3.1 Da boa-fé objetiva. 3.2 Dos deveres anexos. 4 amostragem jurisprudencial firmado pelo STJ. Considerações finais. Referências.

Introdução

Urge salientar o caráter hodierno do tema, para justificar a falta de pretensão de exaurir o conteúdo e para, dessa forma, exemplificar a necessidade de delimitação dos contornos da responsabilidade na fase das tratativas preliminares. E, como bem expõe Dalazoana (2011, on-line), esse trabalho “alvitra um futuro mais ético e social a este cardeal segmento jurídico”. Assim, é importante evidenciar o princípio da boa-fé objetiva, pois se caracteriza como mecanismo capaz de proporcionar segurança jurídica às partes na fase pré-contratual, fruto do contrato social que rege as relações desde antes do contrato civil.

Com isso, o presente artigo visa apresentar uma análise dos pressupostos que incidem na fase que antecede à formação dos contratos e as hipóteses de responsabilização do indivíduo. Com o objetivo de contribuir para o debate acerca do tema, o artigo busca apresentar os entendimentos acerca do assunto e ajudar na consolidação dos conhecimentos a respeito do conteúdo abordado. Tal objetivo será alcançado através do estudo de casos de relevância no âmbito do Supremo Tribunal de Justiça, na lei e na doutrina jurídica.

A relevância do artigo se dá pelo fato que durante o processo de formação dos contratos é necessário a correta demarcação das fases processuais, tanto para a definição da origem da obrigação de reparação do dano ou do inadimplemento contratual. Tal importância não tem sido dada a esse tema no diploma civilístico pátrio, a ponto de ainda não ter sido positivado como em outros países, a exemplo do ordenamento italiano e português, restando ao judiciário e aos doutrinadores a salvaguarda do tema.

Além disso, a própria Constituição Federal de 1988 em seu inciso II, do Art. 5º, o princípio da legalidade determina que “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei” e o Código Civil em seu art. 927, parágrafo único, estabelece que só tem a obrigação de reparar o dano causado, independentemente de culpa, nos casos em que a lei fornecer previsão legal. Evidenciando a indispensabilidade de positivizar esse tema, para que em casos de em fase de tratativas, houver dano causado pela ofensa à boa-fé, seja desnecessária a demonstração de dano para que seja feita a reparação.

1 Aspectos gerais e históricos da responsabilidade civil pré-contratual

Para adentrar na análise da responsabilidade da fase das negociações, é importante ressaltar com uma breve síntese dos apontamentos de Pereira (2014, p. 124), como preleciona:

[...] As negociações preliminares (tractatus, trattative, pourparlers) são conversas prévias, sondagens, debates em que despontam os interesses de cada um, tendo em vista o contrato futuro. [...] Enquanto se mantiverem tais, as conversações preliminares não obrigam. Há uma distinção bastante precisa entre esta fase, que ainda não é contratual, e a seguinte, em que já existe algo preciso e obrigatório. [...] As negociações preliminares, repitamo-lo, não geram por si mesmas e em si mesmas obrigações para qualquer dos participantes. Elas fazem surgir, no entanto, deveres jurídicos para os contraentes, decorrentes da incidência do princípio da boa-fé, sendo os principais os deveres de lealdade e correção, de informação, de proteção e cuidado e de sigilo.

“As negociações não implicam necessariamente na celebração do contrato”, pois mesmo sendo frutíferas, não passam de acertos, necessitando de formalização para a real vinculação das partes (MESSINEO, 1973 p. 232), pois através do conceito da boa-fé objetiva, a responsabilidade se dá pela falta a este princípio.

Ressalta salientar que as negociações preliminares a um contrato são cheias de particularidades que podem gerar medos e inseguranças, tênues e inconstantes são, suas fronteiras. Para dar início, o assunto abordado, demanda a explanação de alguns temas e princípios introdutórios, Isso tornará mais célere e objetivo os apontamentos aqui expostos.

1.1 Noções históricas da responsabilidade civil aquiliana

Como parte da história recente do CC, e demonstrando a necessária é a positivação desse mecanismo, já foram propostos dois projetos de lei para a alteração da legislação, o PL Fiuza – nº 6960/2002 e PL-699/2011, que sugerem alteração no texto do art 422, para dispor: “Os contraentes são obrigados a guardar, assim nas negociações preliminares e conclusão do contrato, como em sua execução e fase pós-contratual, os princípios da boa-fé e tudo mais que resulte da natureza do contrato, da lei, dos usos e das exigências da razão e da equidade”.

Ainda, decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Recurso Especial (REsp) nº 1051065/AM, julgado em 21/02/2013, ressalta a notoriedade alcançada pelo tema em países pioneiros na salvaguarda do tema: “Na Itália também predomina a opinião de que, para que haja responsabilidade pré-contratual, é necessário que exista "confiança razoável entre as partes, o rompimento injustificado das tratativas, bem como dano decorrente da interrupção"¹

¹ Artigo 1.337 do Código Civil italiano, de 1942.

Código Civil italiano: código de direito privado italiano que inclui o direito civil, o direito comercial e o direito do trabalho / traduzido diretamente do italiano por Souza Diniz ; prefácio do prof. José Frederico Marques; apresentação do Des. José de Aguiar Dias.

Igualmente, merece destaque o art. 227 do Código Civil lusitano, de 1967, que assenta: "quem negocia com outrem para conclusão de um contrato, deve tanto nas preliminares como na formação dele, proceder segundo as regras da boa-fé, sob pena de responder pelos danos que culposamente causar à outra parte.

Dito isto, relevante é se dedicar à análise de que momento as tratativas preliminares se estreman. Para isso, a responsabilidade pode ser dividida em contratual, obrigacional ou negocial, nomenclaturas diferentes para quando as obrigações decorrem de uma relação jurídica, pois o dever reparador advém do contrato ou da própria lei. Ainda há a responsabilidade extracontratual, também denominada de aquiliana ou delitual, quando não há vínculo preexistente entre as partes mas sucede de um delito, quando essa obrigação tem origem em um preceito geral, devido à prática de atos ilícitos.

1.2 Delimitação teórica do tema

No plano da fase anterior ao contrato, inicia-se pela punuaçãoção, fase que corresponde às negociações e acertos pré-contratuais, a fase de proposta, policitação ou oblação, a formação da minuta contratual e a aceitação, findada com o contrato ou com o contrato preliminar.

Segundo Stolze e Pamplona, neste momento "[...] as partes discutem, ponderam, refletem, fazem cálculos, estudos, redigem a minuta do contrato, enfim, contemporizam interesses antagônicos, para que possam chegar a uma proposta final e definitiva".

O que torna imperioso salientar que não se deve confundir as etapas de negociações preliminares e minuta contratual, ambas atribuídas a fase pré-contratual, com o Contrato Preliminar ou promessa de contrato, também denominada pré-contrato que é um instrumento jurídico materializado no art 462, do CC, que determina que o ele deve conter todos os requisitos essenciais ao contrato, praticado antes mesmo da sua positivação no Código civil de 2002.

Durante o processo de formação dos contratos é importante a correta demarcação desses aspectos contratuais, tanto para a definição da origem da obrigação de reparar os danos como para delimitar o início do contrato para a ocorrência dos efeitos do inadimplemento contratual. Esse Inadimplemento na fase de punuaçãoção decorre da Responsabilidade pré-contratual

1.3 Princípios aplicáveis à responsabilidade civil aquiliana

Hironaka (2020, pág. 433) ensina que a “responsabilidade civil é tema muito caro a todos os cidadãos, pois é uma das máximas mais antigas e importantes do Direito, aquela que diz que a ninguém é dado lesar o outro” (*Neminem Laedere*). Isso constata a função principal da responsabilidade civil, de trazer ao ponto anterior ao dano² (*status quo ante*), a pessoa afetada, assim prevê o CC em seu art. 927, *caput*, estabelecendo que: “Aquele que, por ato ilícito, causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo³ (*Restitutio In Integrum*).

Carece de consenso se a responsabilidade da fase de pontuação é regida por princípios contratuais ou extracontratuais, necessitando delimitar o que é mera frustração e o que é “dor moral ressarcível”, para garantir segurança jurídica. Tendo como segurança jurídica além da confiança de que sua lide será julgada da forma mais justa possível e de forma homogênea em todas as partes do país, atuando também como dever acessório de conduta, balizado pela boa-fé objetiva consolidado do art. Art. 4º, inciso III, do Código de Defesa do Consumidor, estabelecendo que a segurança dos indivíduos nas relações de consumo são baseados no princípio da boa-fé.

Cumprir assinalar que a expressão pontuação foi difundida, na doutrina clássica, por Darcy Bessone, estando relacionada a acordos parciais na fase pré-contratual. A origem está no francês *pourparlers* e no italiano *puntuazione* (antecontrato, declaração) (TARTUCE, 2023, p. 1237).

A segurança remete também ao princípio do *pacta sunt servanda*: obrigatoriedade de cumprir o contrato conforme foi estabelecido pelas próprias partes, garantindo a segurança jurídica pela vontade manifestada no momento da celebração dos termos.

Sanseverino (2010, p. 17) ressalta ainda a incidência de conceitos formulados sobre “brocardos latinos” que sintetizam condutas corriqueiras aos contratos:

[...] orientando a sua exigibilidade (pretensão) ou o seu exercício coativo (ação). Desenvolveram-se fórmulas, sintetizadas em brocardos latinos, que indicam tratamentos típicos de exercícios inadmissíveis de direitos subjetivos, como a "*supressio*" (o não exercício de um direito durante longo tempo poderá ensejar a sua extinção), a "*tuo quoque*" (aquele que infringiu uma regra de conduta não pode postular que se recrimine em outrem o mesmo comportamento) e a "*venire contra factum proprium*" (exercício de uma posição jurídica em contradição com o comportamento anterior do exercente).

Martins - Costa (2004, p. 110) apresenta pressupostos importantes ao princípio do *venire contra factum proprium*, dentre eles a existência de duas condutas contraditórias da mesma

² Não se pode desconsiderar também o nexo de causalidade entre o dano e a conduta do agente.

³ Toda conduta ilícita acarreta a obrigação de indenizar.

pessoa; o vínculo entre as partes; dentro da mesma situação jurídica ou similar; o significado inequívoco da conduta e que essa conduta tenha gerado confiança e conseqüente o dano.

Abordados os essenciais fundamentos que incidem sobre as tratativas contratuais, é indispensável se debruçar sobre os fundamentos da responsabilidade civil pré-contratual.

2 Da responsabilidade civil pré-contratual stricto sensu

Popp (2011, p. 149) afirma algo que dá norte ao questionamento do presente trabalho: “A relação jurídica não nasce do ilícito, mas é a ele preexistente. O dever genérico de não prejudicar não nasce do ordenamento jurídico, mas sim, do conteúdo das tratativas e das condutas das partes”. Então antes da existência de qualquer dano ou frustração, existe algo que rege a relação negocial, e hoje sabemos que aquilo que antecede qualquer relação jurídica é o contrato social, baseado nos preceitos de cada sociedade.

Essa reparação na fase de pontuação fica extremamente complicada de ser mensurada, pois, como explica Fritz (2012, p. 31), não é qualquer dissabor que caracteriza a necessidade de reparação: “é, na prática, de difícil caracterização, posto que meras frustrações ou aborrecimentos pelo fracasso das tratativas fazem parte do risco que o contratante assume ao iniciar um processo negocial, não devendo, portanto, configurar a dor moral ressarcível”. Conclui-se que é necessário que o sofrimento causado fuja da natureza comum do dano, e seja corolário ao contrato, o que o diferencia a responsabilidade pré-contratual do simples contrato social.

Parcela doutrinária alude a relevante tensão entre a liberdade contratual do art. 421⁴ e a vinculação da proposta do art. 427, ambos do CC. Corroborando com esse entendimento estão Gonçalves (2007, p. 49) e Serpa Lopes (2007, p. 69). Pode-se argumentar que a liberdade contratual é fundamental e que impor responsabilidades antes mesmo da formalização do contrato pode limitar essa liberdade, apresentando traços de autoritarismo. Além disso, alguns podem argumentar que as partes devem ser livres para negociar sem o medo de serem responsabilizadas por declarações ou promessas feitas durante as negociações preliminares.

Nesse sentido, já existiu ainda, entendimento que a responsabilidade civil pré-contratual seria uma espécie de terceiro gênero, com normas próprias (PINTO, 1966, p. 143 e 252). Ou até mesmo um gênero intermediário entre os preceitos contratuais e extracontratuais

⁴ Artigo 421 do Código Civil: “A liberdade contratual será exercida nos limites da função social do contrato”.

Não obstante, para resolução desse fato controvertido, além do entendimento jurisprudencial de proteção aos mais fracos da relação contratual⁵, urge salvaguardar que a falta de vinculação não retira a incidência da responsabilidade pela quebra da boa-fé e suas obrigações de conduta.

Para construir a diferenciação do que se deve considerar como apenas um dissabor e o que deve ser restituído, WALD (2012, p. 88-87) ensina:

Todavia, para ser entendido como indenizável, necessária a conjugação de quatro requisitos: a) violação de um interesse jurídico protegido: ou seja, a diminuição ou destruição de um bem jurídico, patrimonial ou não; b) certeza: somente o dano certo, efetivo, é indenizável, afastando-se, como consequência, obrigações de indenizar por danos abstratos ou hipotéticos (verifica-se a sua certeza por meio da sua existência); c) subsistência: deve subsistir no momento em que é exigido (assim, se se foi reparado pelo responsável, o prejuízo é subsistente, mas se foi pela vítima, a lesão subsiste pela quantia reparada, mesmo que paga por um terceiro, que se sub-rogará no direito do prejudicado); por fim, d) imediatidade do dano: a regra, pelo art. 403 do Código Civil, é que somente devem ser indenizados os danos diretos e imediatos, ressalvada a hipótese de danos reflexos ou por ricochete.

Como exemplo, vale trazer o julgado do REsp nº 1.641.868, onde o relator, Ministro Moura Ribeiro, ajuda a esclarecer a questão, por motivo da pouca doutrina existente sobre o tema. No sentido de balizar os limites do que é passível de reparação, afirma que dar os valores positivos pretendidos no contrato infrutífero seria obrigar a parte a celebração do contrato, axiomático retrocesso aos direitos individuais, a saber:

1. Aplicabilidade do CPC/73 ao recurso ante os termos do Enunciado Administrativo nº 2 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016:
2. Em caso de responsabilidade civil pré-contratual, o proponente não pode pretender, a título de reparação de danos, indenização equivalente à vantagem que teria obtido com o próprio negócio jurídico que nunca se concretizou (interesses positivos).
3. Verificada a antijuridicidade no rompimento de tratativas negociais, a responsabilidade civil pré-contratual que se estabelece cobre apenas as despesas realizadas para finalização do negócio jurídico frustrado ou em razão dessa mesma operação. (interesses negativos).

Como isso, ressalta um fundamento importantíssimo: “a responsabilidade passa a existir nesta fase, como via de exceção, quando este direito é exercido de modo puramente potestativo”⁶, ou seja, quando se verifica abuso do direito de contratar, materializado no art.

⁵ Art. 5º, *caput*, da Constituição Federal de 1988: busca desigualar os desiguais, na medida das suas desigualdades, com base em critérios de justiça e de racionalidade.

⁶ SILVA, Op. cit., On-line

187, CC “Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes”. Nesse aspecto incide o princípio da responsabilidade objetiva, que a contraponto da responsabilidade civil subjetiva que a vítima precisa provar a culpa ou dolo do agente da ação, a responsabilidade civil objetiva não há necessidade dessa comprovação.

Ainda sobre os contornos do que seria abrangido pela obrigação de reparação, o magistrado esclarece com o fundamento do art. art. 461 do CPC que só tem direito aos valores referentes a conclusão do contrato caso existisse o direito ao adimplemento do contrato, o que não é o caso do referido Recurso Especial julgado:

Paulo Mota Pinto enfrentou o tema em sua dissertação de doutoramento na Faculdade de Direito de Coimbra (Interesse Contratual Negativo e Interesse Contratual Positivo, Coimbra, 2008).

O eminente mestre português, após discorrer sobre a posição da doutrina estrangeira sobre o tema, conclui que somente **excepcionalmente** será possível indenizar interesses positivos. Serão, diz ele, **os casos em que houver o direito à própria conclusão do contrato** (Paulo Mota Pinto, Interesse Contratual Negativo e Interesse Contratual Positivo, Coimbra, 2008, págs. 1.321/1.349, g.n).

Em relação à natureza positiva e negativa da pretensão reparatória, grande parcela já entende como dever, somente o efetivo prejuízo, não o que deixou de ganhar. Neste sentido, destaca-se Popp⁷ como disseminador desse entendimento.

Em relação aos danos sofridos, recai notória divergência quanto à incidência de danos extrapatrimoniais. Porém, entendimento doutrinário de inclinação majoritária é de que o dano nada mais é do que o prejuízo causado a um bem jurídico tutelado, material ou imaterial.

Justifica-se desta forma porque (GODINHO, 2015, p. 667):

[...] a intimidade, a vida privada, a Honra e a imagem do ser humano são formadas por um complexo de fatores e dimensões físicos e psicológicos (autorrespeito, autoestima, sanidade física, sanidade psíquica, etc.), os quais compõem o largo universo do patrimônio moral do indivíduo que a ordem constitucional protege. As agressões dirigidas a esse complexo ou a qualquer de suas partes devem ser proporcionalmente reparadas.

Segundo Venosa (2013, p. 504-505) “Há necessidade de que o estágio das preliminares da contratação já tenha imbuído o espírito dos postulantes da verdadeira existência do futuro contrato. A frustração da contratação gerará **então frustração moral, além de material**”(g.n.).

⁷ Op. cit., p. 284-285

Venosa (2013, p. 50) “O montante da indenização não pode nem ser caracterizado como esmola ou donativo, nem como premiação”.

Sendo assim o sistema jurídico brasileiro, a reparabilidade do dano moral encontra fundamento no art. 5º X da CF/88⁸ e no art. 12, *caput*, do CC/2002⁹. À vista disso, é factível a possibilidade de imputar dano moral à parte que causou dano, porém é de grande dificuldade a sua comprovação. A partir desse ponto, há possibilidade da inversão do ônus da prova na fase aquiliana das relações contratuais.

Sobre as partes e a inversão do ônus da prova, que o CDC, art. 6º, inciso VIII, de forma contundente, protege o consumidor devido por ser a parte mais fraca da relação jurídica, estabelecendo como direitos básicos a facilitação da sua defesa, inclusive com a inversão do ônus da prova a seu favor, como explica Silva (2023, on-line):

Impõe ressaltar que não se trata de discussão meramente acadêmica, uma vez que o enquadramento da responsabilidade civil pré-contratual em uma dessas duas espécies é decisivo para a fixação do ônus da prova da culpa. Isto porque na responsabilidade extracontratual, a vítima tem que provar, além da conduta, do dano e do nexos causal entre estes elementos, a culpa do agente, o que, na maioria das vezes, não se trata de tarefa fácil. Na responsabilidade contratual, por sua vez, a culpa é presumida, o que significa que o ônus de sua prova é invertido, e repassado ao inadimplente, o qual deve provar não ter obrado em culpa.

Importante para este entendimento é o Art. 333, CPC.: O ônus da prova incumbe: I – ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito; II – ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. Assim, devido a premissa máxima da responsabilidade civil a do *Neminem Laedere*, a responsabilidade de provar, passa a ser do causador do dano por ter violado, impedindo, modificando ou extinguindo o direito do ofendido de não suportar dano imputado por outrem.

Assim se faz pertinente a colocação de Dalazoana (2011, on-line), a respeito das natureza da responsabilidade civil tratada:

De uma banda, ala respeitável da doutrina entende que a responsabilidade é contratual, capitaneados por Larenz, Menezes Cordeiro e Antunes Varela, e no Brasil por Ruy Rosado Aguiar Jr, Carlyle Popp e Antonio Junqueira

⁸ Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

⁹ Art. 12. Pode-se exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.

Azevedo. [11] Obtemperam que os deveres que exurgem da boa-fé são de conteúdo eminentemente positivo e se caracterizam pela relatividade, é dizer, são dirigidos a pessoas certas, pressupondo, assim, uma relação jurídica, que é **formada pelo contato negocial, e não pelo dano.**(g.n.)

Então, o que vira a balança da inexistência de obrigação na fase pré-contratual, e o princípio da boa-fé objetiva e seus deveres anexos, que servem como garantidores dos direitos das partes para livremente negociarem, protegidas de abusos.

3 Princípio da boa-fé e sua evolução histórica

Tendo evidências do surgimento do conceito “moderno” de boa-fé no direito Romano intitulado de *fide* e posteriormente *bona fide*, essa conceituação se espalhou pelo direito europeu e posteriormente chegou ao Brasil, tendo como primeiros indícios no direito positivado brasileiro o art. 341 do Código Comercial de 1850. O amadurecimento e difusão desse conceito se deu com o advento do CDC (1990), que deu fundamental importância ao tema no seu art. 51, IV, onde estabelece parâmetros para a proteção do consumidor, pela anulação de qualquer ajuste que: “Estabeleçam obrigações consideradas iníquas, abusivas, que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada, ou sejam incompatíveis com a boa-fé ou a equidade”.

Já em 1916, o CC aplicou o princípio da boa-fé subjetiva ao direito das posses, mas a objetiva foi praticamente esquecida, restando apenas ao art. 1.442 para sintetizar o princípio objetivo: “O segurado e o segurador são obrigados a guardar no contrato a mais estrita boa-fé e veracidade, assim a respeito do objeto, como das circunstâncias e declarações a ele concernentes”.

Essa trajetória perdurou por séculos até chegar ao CC atual e ter seus efeitos alastrados por todas as partes do ordenamento jurídico do país visto que, a boa-fé está consolidada no artigo 422, § 3º, seção I do capítulo “Disposições Gerais”, do Título V “Dos Contratos em Geral” fazendo-se valer a todos as categorias de contrato: “A decisão judicial deve ser interpretada a partir da conjugação de todos os seus elementos e em conformidade com o princípio da boa-fé.”

Sobressai a variedade de segmentos doutrinários, onde parte considerável acredita não influir na responsabilidade pré-contratual e outra parte defende a sua existência e aplicabilidade, e a necessidade de esclarecimento quanto à sua natureza e uma conceituação adequada, como ressalta Dantas Jr (2007, p. 12 e 13):

Em decorrência da absoluta falta de domínio doutrinário sobre o tema, tal norma foi interpretada nos mesmos moldes em que os glosadores e pós-glosadores haviam colhido a boa-fé dos textos romanos, ou seja, como se fosse apenas referente à ciência ou à ignorância de uma determinada circunstância ligada ao contrato. Em outras palavras, como se fosse a boa-fé subjetiva. Hoje, o mesmo texto legal é facilmente lido como sendo referente à boa-fé objetiva, ou seja, como imposição de uma norma de conduta a ser observada pelos contratantes

Dessa forma, a boa-fé muitas vezes foi mencionada apenas como uma expressão jurídica, sem qualquer distinção entre boa-fé subjetiva e a objetiva ou embasamento científico. Muito menos, pode ser confundida com a má-fé, vez que nesta o sujeito é conhecedor do vício e age de tal modo para prejudicar o outro (ROSENVOLD, 2017, p. 174-175). Então, apesar de sua extrema importância no âmbito do direito, assim como a responsabilidade nas negociações prévias, carece de um aprofundamento adequado a sua relevância, para sua correta aplicação.

Esse aprofundamento demandado, coube ser suprido pela doutrina e pela jurisprudência, onde segundo afirma (ROSENVOLD, 2017, p. 186), a doutrina majoritária aponta a ocorrência deste princípio na fase anterior a formação do contrato, podendo gerar responsabilidade aos contratantes.

“*Treu und Glauben*” é uma expressão alemã que se traduz como “lealdade e boa-fé”. Ela desempenha um papel importante no sistema jurídico alemão e em alguns outros sistemas legais, influenciando especialmente o direito contratual e as relações legais em geral. No contexto do direito alemão, o princípio de “*Treu und Glauben*” está consagrado no § 242 do Bürgerliches Gesetzbuch (BGB), o Código Civil Alemão. Esse princípio estabelece que as partes devem agir de acordo com os princípios da boa-fé e da lealdade. O princípio da boa-fé objetiva (“*Treu und Glauben*”) foi consagrado pelo § 242 do BGB, estabelecendo simplesmente o seguinte: “§ 242. O devedor deve cumprir a prestação tal como exige a boa-fé e os costumes do tráfego social”

O que desponta em diferença ao ordenamento brasileiro é a correta desvinculação da fase contratual, deixando a aplicabilidade do instituto jurídico aludido a todas as fases contratuais, como forma de modelo aberto.

3.1 Da boa-fé objetiva

Corroborando com o entendimento, parcela da doutrina que alude ao princípio da boa-fé ser tema tutelado pela Constituição Federal, tanto Mello (2017, p. 77) como VINCENZI (2003, p. 163) ressaltam que “princípios fundamentais do Estado Democrático de Direito os

valores do trabalho e da livre iniciativa” para a manutenção de uma sociedade “livre, justa e solidária (art. 3º, I)”¹⁰.

Portanto, ao adentrar mais especificamente na vertente objetiva da boa-fé, a qual é peça essencial do presente estudo e a qual se baseia o direito contratual a fins de responsabilidade civil, Marques (2013, P. 235) enseja que o princípio visa a conduta esperada, o padrão jurídico standard - conduta social/jurídica média, a sequência de ações baseadas nos padrões éticos e morais seguidos como regra por uma sociedade, baseada não apenas em conceitos contratuais, mas no princípio da dignidade da pessoa humana.

Venosa (2013, p. 47), aduz que:

[...] Não é também qualquer dissabor comezinho da vida que pode acarretar a indenização. Aqui, também é importante o critério objetivo do homem médio, o *bonus pater familias*: não se levará em conta o psiquismo do homem excessivamente sensível, que se aborrece com fatos diuturnos da vida, nem o homem de pouca ou nenhuma sensibilidade, capaz de resistir sempre às rudezas do destino.

Paulo Luiz Netto Lôbo (2002, p. 193), assesta que:

"a boa-fé objetiva é regra de conduta dos indivíduos nas relações jurídicas obrigacionais. Interessam as repercussões de certos comportamentos na confiança que as pessoas normalmente neles depositam. Confia-se no significado comum, usual, objetivo da conduta ou comportamento reconhecível no mundo social. A boa-fé objetiva importa conduta honesta, leal, correta. É a boa-fé de comportamento"

Essa conduta esperada, balizada na boa-fé deve ser exercida em forma ampla nas relações contratuais, assim dispõe o Enunciado 25 da I Jornada de Direito Civil (CJF, 2002): "O art. 422 do Código Civil Brasileiro (CC) não inviabiliza a aplicação, pelo julgador, do princípio da boa-fé nas fases pré e pós-contratual". Da mesma forma o Enunciado nº 170 III Jornada de Direito Civil (CJF, 2005), também, orienta que “a boa-fé objetiva deve ser observada pelas partes na fase de negociações preliminares e após a execução do contrato, quando tal exigência decorrer da natureza do contrato” Onde o primeiro é voltado a interpretação do magistrado e o segundo a conduta dos aderentes.

¹⁰ Boa-fé objetiva também está na Constituição Federal Sem rebuscos, quando o constituinte estabeleceu que são princípios fundamentais do Estado Democrático de Direito os valores do trabalho e da livre iniciativa (art. 1º, IV) e que constitui objetivo fundamental da República, entre outros, constituir uma sociedade livre, justa e solidária (art. 3º, I), está elevando a uma grau máximo o dever de cooperação e lealdade no trato social, no desenvolvimento da economia por todos os seus meios”.

Nesse sentido conclui-se que pode ser responsabilizado por culpa *in contrahendo* (doutrina criada por Rudolf von Ihering), por aquilo que deixou de ganhar, ou seja, os danos emergentes e os lucros cessantes, quando há falta referente à boa-fé e seus deveres anexos como a legítima expectativa e ações recíprocas.

Como bem exemplifica Tartuce a respeito do instituto da *Culpa in contrahendo*, leciona de forma clara e objetiva:

O desrespeito à boa-fé objetiva pode gerar a responsabilidade pré-contratual, contratual e pós-contratual da parte que a violou, o que é interpretação dos Enunciados n. 25 e 170 CJF, aprovados nas Jornadas de Direito Civil. Justamente por isso é que se pode falar na culpa ao contratar ou culpa in contrahendo, conforme a antiga tese desenvolvida por Ihering. (2023, p. 952)

O descumprido implicará inadimplemento contratual de quem lhe tenha dado causa (violação positiva do contrato). Isso tem fundamento na teoria da perda de uma chance, positivada no art. 427 do CC, que estabelece o princípio da vinculação ou da obrigatoriedade da proposta (*pacta sunt servanda*), que determina que a proposta de contratar, regra geral, obriga o proponente. Dessa maneira, Fritz (2012, p. 02) ressalta:

A incidência destes deveres satelitários na fase pré-contratual cria uma situação jurídica que à qual o direito alemão denomina "relação obrigacional especial", ou ainda "vinculação especial", traduzido em português livre, que é marcada pela presença unicamente dos deveres de proteção, sem que haja uma obrigação prestacional. Depreende-se, portanto, que a responsabilidade pré-contratual é uma responsabilidade em função da quebra de algum destes deveres durante a fase de negociações preliminares. Aqui, enfatiza-se a responsabilidade pela ruptura desmotivada das negociações.

Isso evidencia a importância do princípio da boa-fé ao tema em questão, pois como complementa o art. 110 do CC, “A manifestação de vontade subsiste ainda que o seu autor haja feito a reserva mental de não querer o que manifestou, salvo se dela o destinatário tinha conhecimento”, ou seja, mesmo que o proponente esteja agindo segundo os parâmetros da boa-fé subjetiva, que “exclui a mentira e não o erro”, então, mesmo na fase pré-contratual, ainda que o proponente esteja só mentindo, a conduta “standard” esperada o responsabiliza pela oferta feita. Sendo assim responsabilizado pelas perdas e danos negativos sofridos (o que será tratado mais adiante). Interessante dizer que não falamos nesse momento em culpa¹¹, pois

¹¹ Conforme Enunciado nº 24, 2002, CJF.

a responsabilidade aos aderentes independe de ser constatada ou não, baseando-se em pressupostos anexos ao princípio da boa-fé.

3.2 Dos deveres anexos

Com isso pode-se dizer que a boa-fé no tocante à responsabilidade civil, evoca conceitos novos ao meio jurídico: 1) como ferramenta para a hermenêutica das normas, como define o art. 113, § 1º, inciso III do CC. Não só a norma, mas também a decisão judicial que “deve ser interpretada a partir da conjugação de todos os seus elementos e em conformidade com o princípio da boa-fé”, CPC/2015 em seu, art. 489, § 3º; 2) como meio para exercer limite a vontade das partes com fulcro no art. 187 do CC; 3) Como norma geral de conduta e fundamentação para resguardar contra atuações antijurídicas segundo o princípio do *venire contra factum proprium*, com base no art. 422 do CC.¹²

O Enunciado 24, da I Jornada de Direito Civil, do Conselho de Justiça Federal direciona que: “Em virtude do princípio da boa-fé, positivado no art. 422, a violação dos deveres anexos constitui espécie de inadimplemento, independentemente de culpa”. Com isso, o princípio da boa-fé estabelece diversos deveres com a função de contribuir com o correto cumprimento do dever principal. São os chamados direitos anexos, como o dever de lealdade e confiança recíproca, o de informar, o de assistência e vários outros que surgem de acordo com o caso concreto. A ausência desses pressupostos acarreta o vício do consentimento.

Segundo Judith (2015, p. 439), são vários os direitos advindos do princípio da boa-fé objetiva:

Os mencionados deveres anexos compreendem, nesse contexto, entre outros: “a) os deveres de cuidado, providência e segurança; b) os deveres de aviso e esclarecimento; c) os deveres de informação; d) o dever de prestar contas; e) os deveres de cooperação e colaboração; f) os deveres de proteção e cuidado com a pessoa e seu patrimônio; g) os deveres de omissão e de segredo.

Outro dispositivo de extrema importância para consubstanciar a aplicação dos direitos anexos a boa-fé é o art. 4º, *caput*, e seu inciso III, do CDC¹³. Nele são materializadas as

¹² Art. 113. Os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração. § 1º A interpretação do negócio jurídico deve lhe atribuir o sentido que: III - corresponder à boa-fé; IV - for mais benéfico à parte que não redigiu o dispositivo, se identificável; e (Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019).

¹³ Art. 4º A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a

acquiescências para o “respeito dignidade, a saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo”. Valendo-se inferir sua aplicação, também, na fase pré-contratual por ser a boa-fé aplicável nas pontuações, conseqüentemente os seus deveres acessórios de conduta.

4 Amostragem jurisprudencial firmado pelo STJ

Diante do que foi apresentado, é nítida a incidência da responsabilidade por culpa *in contrahendo*, porém sua aplicabilidade é de frágil reconhecimento perante os tribunais brasileiros. Por isso, é de extrema valia trazer uma amostragem jurisprudencial quanto ao tema abordado.

Forma jurisprudência importante o julgado do REsp nº 1.367.955 - SP, onde por unanimidade a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça decide que “[...], por opção legislativa, a responsabilidade civil decorrente de ruptura de tratativas tem natureza contratual, corroborando com o entendimento da Min. Andriahi.

No julgamento do REsp nº 1.862.508 - SP (2020/0038674-8) a Min. Ministra Nancy Andriahi em sua sustentação do voto acolhido por maioria, afirma que a inobservância do dever anexo de informação resulta na resolução do contrato por inadimplemento, para assim assegurar a vigência da boa-fé objetiva e da comutatividade (equivalência) e sinalagmaticidade (correspondência) próprias da função social do contrato¹⁴. Porém, por maior que seja o esforço para tornar uníssona a jurisprudência do país, ainda ocorrem divergências dentro da nossa corte superior. No REsp em tese, ao julgar a incidência do princípio da boa-fé e o dever de informação e lealdade, o Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, em voto vencido, afirma que a insuficiência de informações prestadas pela franqueadora não configura falta aos princípios do direito. Porém, Benjamim (2021, p. 22) destaca a

melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, atendidos os seguintes princípios: (Redação dada pela Lei nº 9.008, de 21.3.1995)

III - harmonização dos interesses dos participantes das relações de consumo e compatibilização da proteção do consumidor com a necessidade de desenvolvimento econômico e tecnológico, de modo a viabilizar os princípios nos quais se funda a ordem econômica (art. 170, da Constituição Federal), sempre com base na boa-fé e equilíbrio nas relações entre consumidores e fornecedores.

¹⁴ Na resolução do contrato por inadimplemento, em decorrência da inobservância do dever anexo de informação, não se trata de anular o negócio jurídico, mas sim de assegurar a vigência da boa-fé objetiva e da comutatividade (equivalência) e sinalagmaticidade (correspondência) próprias da função social do contrato entabulado entre as partes.

importância de considerar as expectativas razoáveis das partes e como a não divulgação de informações relevantes pode configurar uma ofensa à boa-fé.

Em contraponto, Forgioni (2019, p. 164) aduz que o dever de informação limitasse: “[a] a empresa tenha se esforçado razoavelmente para obter as informações sobre o negócio; se não o fez, presume-se que essa foi sua opção consciente [...] assumindo o risco da informação defeituosa; [b] as empresas não omitam informações relevantes à contraparte”.

Em breve síntese, os julgados apresentados traduzem as controvérsias apresentadas atualmente em relação ao tema. No STJ, casos relevantes, como os apresentados, norteiam o entendimento acerca do tema, no entanto, urge um direcionamento quanto a vários pontos, como até que ponto vai a obrigação de reparação, dentre outros.

Considerações finais

Longo caminho foi percorrido durante a história do direito até o reconhecimento da importância de se dedicar sobre a responsabilidade na fase que antecede o contrato e o princípio que guia as tratativas durante o decurso das negociações. Algumas indagações surgem a partir das análises feitas até agora, um destacado exemplo é o questionamento de até que ponto se dá o dever reparador da fase aquiliana, se a extensão da pretensão punitiva pode ultrapassar a vantagem que teria se o negócio fosse concluído. Várias questões carecem de amadurecimento e estudo para o aprimoramento da aplicação do direito, todavia, isso faz parte da construção de uma sociedade em evolução, todavia seria inexequível a busca do esgotamento do tema.

Vale ressaltar, que na dicotomia presente entre a autonomia da vontade ou autonomia privada e os princípios de proteção dos indivíduos, desponta o anteparo a dignidade e segurança dos contratantes. Sendo a *culpa in contrahendo* o instrumento principal de segurança aos cidadãos, porque não falar também da função coibir condutas desleais. Sua importância se destaca por combater o dano, trazendo o prejudicado ao *status quo ante* a quebra de confiança sofrida. Possibilitando não só o ressarcimento dos danos causados na esfera material, mas também os de natureza extra materiais.

Em suma, as relações jurídicas são, a todo tempo, abarcadas por normas de conduta que estabelecem como as partes devem agir. Tanto na fase contratual quanto na fase

pré-contratual, as partes devem agir de forma a garantirem os princípios contratuais e de conduta social estabelecidos por uma sociedade. Dentre esses deveres estão por exemplo os deveres de informação e lealdade, derivados do princípio da boa-fé objetiva, princípio esse, que assegura de forma contundente os direitos dos contraentes. Corolário a isso estão os princípios do *venire contra factum proprium*, do *tuo quoque* e do *Neminem Laedere*.

Por fim, vale ressaltar a importância de posituação da responsabilidade pré-contratual, para minimizar as divergências e imprecisões quanto a aplicação do tema. Este ponto torna-se imperioso pois a cada dia o judiciário encontra-se sobrecarregado, com uma demanda processual cada vez maior e necessita de um amparo normativo para melhor aplicar a sua jurisdição, cabendo ao legislativo essa árdua tarefa.

Referências

Benjamin, Antonio Herman V. **Manual de direito do consumidor** [livro eletrônico] / Antonio Herman V. Benjamin, Claudia Lima Marques e Leonardo Roscoe Bessa. -- 9. ed. -- São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil de 2002. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm. Acesso em: 18 ago. 2022.

BRASIL. **Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916**. Institui o Código Civil de 1916. Brasília, DF: Presidência da República, 1916. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/13071.htm

BRASIL. **Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990**. Institui o Código de Defesa do Consumidor. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18078compilado.htm

BRASIL. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015**. Código de Processo Civil Brasileiro. Brasília, DF: Senado, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm

BRASIL. Congresso Nacional. **Projeto de Lei 6960, de 2002**. Alterações no Código Civil. Autor: Ricardo Fiuza. Câmara dos Deputados. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=50233&filename=Tramitacao-PL%206960/2002.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **RECURSO ESPECIAL Nº 1.367.955 - SP (2011/0262391-7)**. Terceira Turma. Rel. Min. MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO. Data de julgamento: 08/03/2014. DJe: 05/06/2018. p.1. Disponível em:

<https://www.stj.jus.br/websecstj/cgi/revista/REJ.cgi/ATC?seq=32482701&tipo=5&nreg=201102623917&SeqCgrmaSessao=&CodOrgaoJgdr=&dt=20140324&formato=PDF&salvar=false>

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial 1.641.868/SP**. Terceira Turma. Rel. Min. MOURA RIBEIRO. Data de julgamento: 08/05/2018. DJe: 05/06/2018. p.1. Disponível em:

https://jurisprudencia.s3.amazonaws.com/STJ/attachments/STJ_RESP_1641868_1b452.pdf?AWSAccessKeyId=AKIARMMD5JEAO67SMCVA&Expires=1697875672&Signature=KyIbmQGHjYfENCxVDiItLxqSx4M%3D

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 1051065/AM**. Relator: Min. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA. Julgamento em 21/02/2013. Diário da Justiça Eletrônico, : 27/02/2013, p. 12. Disponível em:

https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200800886452&dt_publicacao=27/02/2013.

BRASIL. Constituição 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.

Brasília, DF: 5 de outubro de 1988 Presidente da República. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm

BRASIL. Conselho da Justiça Federal, I Jornada de Direito Civil, **Enunciado nº 24**, Coordenador-Geral Ministro Ruy Rosado de Aguiar, Comissão de Trabalho Obrigações e Contratos, Coordenador da Comissão de Trabalho Paulo Távora e Antônio Junqueira Azevedo.

BRASIL. Conselho da Justiça Federal, III Jornada de Direito Civil, **Enunciado nº 170**, Coordenador-Geral Ministro Ruy Rosado de Aguiar, Direito das Obrigações Responsabilidade Civil, Coordenador da Comissão de Trabalho Antônio Junqueira de Azevedo e José Osório de Azevedo Jr..

DALAZOANA, Vinicius. **A incidência da boa-fé objetiva na fase pré-contratual: Um estudo a partir do "caso dos tomates"**. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 16, n. 2802, 4 mar. 2011.

DANTAS JÚNIOR, Aldemiro Rezende. **Teoria dos atos próprios no princípio da boa-fé**. Curitiba: Juruá, 2007, pág 12 e 13

GAGLIANO, Pablo Stolze. **Novo curso de direito civil**, vol. 4: contratos, tomo I: teoria geral / Pablo Stolze Gagliano, Rodolfo Pamplona Filho. – 8. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Saraiva, 2012. p. 1893.

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de direito do trabalho**. 14 ed. São Paulo: LTr, 2015

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de direito civil: contratos**. Vol. 4. 7. ed. Salvador: Juspodivm, 2017.

FORGIONI, Paula Andrea. **Contratos Empresariais. Teoria Geral e Aplicação**. 4ª ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019, pág. 164

FRITZ, Karina Nunes. **A responsabilidade pré-contratual por ruptura injustificada das negociações**. Civilistica.com.Rio de Janeiro, a.1, n. 2, jul.-dez./2012. Disponível em: <http://civilistica.com/a-responsabilidade-pre-contratual-por-ruptura-injustificada-das-negociacoes>.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro –contratos e atos unilaterais**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 49 e SERPA LOPES, op. cit., p. 69

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. **Danos materiais na responsabilidade civil**. In: Responsabilidade civil: aspectos gerais e temas contemporâneos. 1. ed. Org. Michel Canuto de Sena. Campo Grande: Contemplar, 2020. pág. 433

MARQUES, Cláudia Lima. **Contratos no Código de Defesa do Consumidor: O Novo Regime das Relações Contratuais**. 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013

MARTINS-COSTA, Judith. **A Boa-fé no Direito Privado. Critérios para a sua aplicação**. São Paulo: Marcial Pons, 2015, p. 439

MARTINS-COSTA, Judith. **A ilicitude derivada do exercício contraditório de um direito: o renascer do venire contra factum proprium**. Revista Forense. Rio de Janeiro: Forense, 2004, nº 376, p.110.

MESSINEO, Francesco. **Il contratto in genere. t. 1,Milano: Dott. A. Giuffrè, 1973.**

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil**. Volume III. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

PINTO, Carlos Aberto Mota. **A responsabilidade pré-negocial pela não conclusão dos contratos**. Coimbra: Boletim da Faculdade de Direito na Universidade de Coimbra, Coimbra, p. 143-252, 1966

LOBO, Paulo Luiz Netto. **Princípios sociais dos contratos no código de defesa do consumidor e no novo código civil**. In: Revista de Direito do Consumidor. São Paulo: Revista dos Tribunais, abril-junho, 2002, v. 42, p. 193.

POPP, Carlyle. **Responsabilidade civil pré-negocial: o rompimento das tratativas**. Curitiba: Juruá, 2001, pág. 149.

SANSEVERINO, Paulo de Tarso Vieira. **Responsabilidade civil no Código do Consumidor e a defesa do fornecedor**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 17.

SERPA LOPES, Miguel Maria de. **Curso de direito civil –dos contratos em geral. v. III, parte I**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1954

SILVA, Thais Borges. **A responsabilidade civil pré-contratual**. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 15, n. 2552, 27 jun. 2010. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/15108>. Acesso em: 24 set. 2023.

R. IHERING, Rudolf von "**Culpa in contrahendo ou indenização pelos contratos nulos ou não chegados à perfeição**" Göttingen, 1861.

Tartuce, Flávio, 1976- **Manual de direito civil : volume único /Flávio Tartuce**. – 13. ed. – Rio de Janeiro : Método, 2023.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil: responsabilidade civil**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2013. Direito civil: teoria geral das obrigações e teoria geral dos contratos.13. ed. São Paulo : Atlas, 2013

VINCENZI, Brunela Vieira de. **A boa-fé no processo civil**. São Paulo: Atlas, 2003, p.163

WALD, Arnoldo; GIANCOLI, Brunno Pandori. **Direito civil: responsabilidade civil**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, v. 7, 2012. p. 88-87.

**A RESPONSABILIDADE PRÉ-CONTRATUAL NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA:
RESPONSABILIDADE CIVIL AQUILIANA, A INCIDÊNCIA DA BOA-FÉ
OBJETIVA E AS LACUNAS QUE DOUTRINA APRESENTA**

André de Franca Aquino - Acadêmico do Curso de Graduação em Direito do Centro
Universitário Icesp de Brasília/DF.

ERRATA

PÁGINA	LINHA	ONDE SE LÊ	LÊIA-SE
2	24	e CC	e o Código Civil
2	22	-	a própria Constituição Federal de 1988 em seu inciso II, do Art. 5º, o princípio da legalidade determina que “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”
2	12	contribuir para	ajudar na
6	12	pontuação	pontuação
9	6	a	há
12	12	bonus pater familias	<i>bonus pater familias</i>
13	2	J	I
13	6	-	Como bem exemplifica Tartuce a respeito do instituto da Culpa in contrahendo, leciona de forma clara e objetiva: O desrespeito à boa-fé objetiva pode gerar a responsabilidade pré-contratual, contratual e pós-contratual da parte que a violou, o que é interpretação dos Enunciados n. 25 e 170 CJP, aprovados nas Jornadas

			de Direito Civil. Justamente por isso é que se pode falar na culpa ao contratar ou culpa in contrahendo, conforme a antiga tese desenvolvida por Ihering. (2023, p. 952)
14	1	-	)
1 e 15	41 e 6	Entendimento	Amostragem

Orientador: Adriano Portella de Amorim

Banca examinadora: Marcelo Batista de Souza e Leonardo Ribeiro Coimbra

14 de Dezembro de 2023